

**HISTÓRIA E AGRICULTURA: EXPERIÊNCIAS DE AGROFLORESTAS NO
ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA/PR**

Maria Cristina de Castro Pereira

Mestra em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon. Docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Umuarama.
cristina.pereira@ifpr.edu.br

Resumo:

Apresento aqui um caminho inicial de investigação, que parte do reconhecimento do desenvolvimento atual de uma rede de organizações de cunho social preocupadas com o meio ambiente e com a vivência de sociabilidades. Dentre as experiências, esta pesquisa delimitou o estudo ao Assentamento Contestado, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município da Lapa, no Paraná, que assumiu a proposta de cultivar em agroflorestas e é articulador de experiências de produção de alimentos através da Escola Latino Americana de Agroecologia. Entre as entrevistas realizadas com assentados e assentadas, uma em especial é com a curandeira, Dona Maria, que têm uma trajetória pública de engajamento no setor da saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Uma mulher que, aparentemente como tantas outras, lutou para manter-se na terra, cultivando como diz, de forma “natural” e, no caso dela, protagonizando em lutas e organizações de um movimento social. Ao referir-se ao seu modo de vida, saberes tradicionais aparecem como práticas cotidianas, como o cultivo e preparo de ervas medicinais, que têm se articulado nestes movimentos, inclusive com reivindicação de direitos frente ao Estado na área da saúde.

Palavras-chave: Agrofloresta; MST; História Oral.

É de grande urgência social estudar as formas de organizações populares que têm produzido alimentos e redes de sociabilidades. Os recursos naturais do planeta – finitos – são explorados e desperdiçados diariamente. A humanidade, em sua ampla maioria, come e trabalha mal. O modelo de cultivo imposto pelos grandes conglomerados utilizando-se de conhecimentos da química, mecânica e genética desconsideram – rompendo com a agricultura tradicional milenar – as especificidades dos biomas. Destroem o meio ambiente e ainda têm relações de trabalho doentias. Comunidades em diferentes países têm tentado, paralelamente ou não à denúncia do “modelo dominante”, mostrar formas alternativas de relacionamento entre as pessoas e o meio ambiente.

No Brasil, grandes impactos sociais e ambientais terríveis foram gerados particularmente por reestruturações nas formas de cultivo empregadas nas diferentes regiões do país a partir de 1950. Movimentos sociais foram construídos no campo contra esta alteração nos modos de viver e trabalhar e para lutar pela terra e pela permanência nela. Movimentos ambientalistas surgiram, segundo a bibliografia, na segunda metade da década de 1970. Projetos de reforma agrária foram pensados e discutidos. Articulados ou não, em medidas que a observação e as investigações acadêmicas podem elucidar, estes movimentos defendiam os direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais prejudicadas, contra a expropriação pela construção de projetos hidrelétricos e alguns ainda, por políticas agrícolas diferenciadas. Estes processos históricos têm sido acompanhados pelas universidades, compondo uma produção acadêmica (artigos, teses, livros) bastante extensa.

Claudia Job Schmitt¹ produz uma breve retomada dos trabalhos brasileiros que tem como foco a conversão de sistemas produtivos de agricultura convencional para sistemas orgânicos de produção, com identificação ou não ao campo conceitual e temático da agroecologia. Nos vários biomas brasileiros um conjunto de iniciativas de inovação tecnológica e organizações de base local é indicado pela autora: redes de agricultores experimentadores, bancos comunitários de sementes, acordos coletivos de pesca ou de manejo de terras de uso comum, circuitos de comercialização integrando agricultores e consumidores de produtos ecológicos, projetos de manejo florestal comunitário, grupos de agricultura urbana, entre tantas outras experiências. Em 2006 a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) identificou mais de mil iniciativas de base local voltadas à promoção da agroecologia, apesar de nem todas as experiências brasileiras se identificarem com a agroecologia, mesmo que princípios e práticas passíveis de serem identificadas como ecológicas ou agroecológicas se integrem aos sistemas produtivos desenvolvidos pelos camponeses, agricultores familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, agricultores urbanos e periurbanos.

¹ SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: BALESTRO, Moisés Villamil, SAUER, Sérgio (orgs.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

A redução dos custos de produção, o aumento da eficiência energética dos sistemas agrícolas, a diminuição da erosão e a melhoria da fertilidade do solo figuram, em muitos desses trabalhos, entre os resultados positivos. Claudia Schmitt indica áreas de cultivo ecológico sendo monitoradas ao longo dos anos nos Estados Unidos, Holanda e Alemanha, acompanhados de estudos acadêmicos que demonstram a capacidade da agricultura orgânica de atender a demanda mundial de alimentos e substituir fertilizantes sintéticos por outros processos agroecológicos. Além da dimensão técnica agrônômica, têm-se que considerar as dimensões sociais, econômicas e culturais que integram os diferentes sistemas produtivos.

Na América Latina e no Brasil em particular, inúmeras são as possibilidades de estudo. Incontáveis são as populações cultivadoras, espalhadas pelo imenso território nacional. O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2016) enumera 137 “movimentos socioterritoriais”, entre comunidades quilombolas, indígenas, associações de trabalhadores rurais, pescadores, alguns ligados a religiosidades e alguns com atuação em vários Estados, como a Via Campesina, o MST, o Fruto da Terra e a Liga dos Camponeses Pobres. O número apresentado para as manifestações no campo no mesmo período é de 12.554, envolvendo mais de 7 milhões de pessoas.

Entre estes movimentos agrícolas chama a atenção o desenvolvimento de agroflorestas, estudadas inicialmente pelo suíço Ernst Gotsch. Nascido em 1948, desenvolveu seus primeiros estudos sobre sistemas de plantio, em áreas no norte da Suíça e no sul da Alemanha na década de 1970. Testou antigas tradições de plantação de milho junto com feijão, mas também experimentou novas associações como trigo e ervilha ou framboesa, maçã e cereja, entre outras. Em 1979 recuperou solos degradados na Costa Rica com a implantação de Sistemas Agroflorestais altamente produtivos, sem implementos ou defensivos agrícolas.

Chega ao Brasil em 1982 e em 1984 fixa-se em uma fazenda no sul da Bahia. O nome da Fazenda, como de costume na região, era uma crônica da realidade local: “Fazenda Fugidos da Terra Seca”. Aproximadamente 500 hectares de terra tornada improdutivo devido às práticas de: corte de madeira, repetidos ciclos de cultivo de mandioca nas encostas dos morros, criação de suínos nas baixadas e formação de pastagens por meio de fogo ao longo das margens da estrada que corta a fazenda. Ali continuaria o desenvolvimento obsessivo de seus experimentos em Sistemas Agroflorestais Sucessionais,

alcançando alta produtividade em grande variedade de espécies vegetais, com destaque para o cacau e a banana. Além de alimentar sua família e dali tirar sua renda, a consequência de sua intervenção pôde ser empiricamente observada mais tarde. A Mata Atlântica ressurgia na área, com todas as suas características de flora e fauna. Hoje são cerca de 410 hectares de área reflorestada, dos quais 350 foram transformados em RPPN, além de 120 hectares de Reserva Legal. Cerca de 14 nascentes ressurgiram na fazenda que hoje, seguindo a tradição cronista, passou a chamar-se “Fazenda Olhos d’Água”².

Sem a intenção de fazer um inventário das experiências de desenvolvimento de agroflorestas no Brasil atualmente, é possível um breve levantamento de iniciativas que para além do desenvolvimento de práticas agroecológicas de produção identificam-se com a noção de agrofloresta – em poucas palavras, uma forma de produzir alimentos em harmonia com a natureza, que atenta para o relevo, vegetação original, direção e intensidade dos ventos, solo, disponibilidade de água, histórico de uso da área e espécies a serem utilizadas³.

No Centro Inkiri Piracanga, na Bahia, agroflorestas, sistemas de tratamento das águas, compostagem, plantios, banheiros secos, jardinagem, manejo dos resíduos, bioconstrução, produção de produtos de higiene e limpeza biodegradáveis, são desenvolvidos e expostos através de cursos de formação aos mais de dois mil visitantes por ano⁴. No sítio São José, da família Ferreira em Paraty, no Rio de Janeiro, os primeiros estudos e experimentos com o desenvolvimento de uma agrofloresta começaram em 1999. Entre 2000 e 2007, foram produzidos e plantados mais de cento e

² ERNST Gotsch – Agrofloresta. Arq.Rafael Loschiavo. **Ecoeficientes**: Escritório de arquitetura especializado em Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.ecoeficientes.com.br/ernst-gotsch-agrofloresta/>. Acessado em: 12/11/2017. Vinculado ao Escritório paulistano Ecoeficientes (um grupo de arquitetos brasileiros com experiência profissional no Brasil e na Espanha coordenado pelo Arq. Rafael Loschiavo), que divulgou este texto, está o “EcoBeco”, um espaço para a apresentação de soluções ecoeficientes no Beco do Batman, na Vila Madalena, São Paulo. Segundo o site do EcoBeco, “Nosso objetivo é aproximar o cidadão urbano de soluções ecoeficientes para proporcionar maior qualidade de vida e preservar o meio ambiente”, oferecendo visitas guiadas para escolas e outras instituições e desenvolvendo ações e eventos sobre sustentabilidade.

³ Após o planejamento e plantio, o acompanhamento periódico dos sistemas agroflorestais permite a observação do desenvolvimento dos animais e plantas, do sombreamento excessivo e necessidade de podas, a ocorrência de insetos e doenças e a avaliação da produtividade.

⁴ Inkiri Piracanga Natureza. **Inkiri Piracanga**. Disponível em: http://piracanga.com/inkiri-piracanga-natureza/?gclid=EAAlQobChMiz_PhIMC51wIVFgWRCh0TcwWQEAAAYAAAEgICnvD_BwE. Acessado em: 12/11/2017.

dez mil mudas de espécies arbóreas, frutíferas e palmáceas, sendo mais de 85% delas espécies nativas da Mata Atlântica⁵.

Em Roraima, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prestou assessoria para sistemas agroflorestais (SAF's) no município de Caroebe (338 km de Boa Vista, capital de Roraima), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e atendendo a demanda da Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares do Caroebe (COOPARFAC). Duas dezenas de produtores de bananas que enfrentaram em 2008 um grave problema com ácaro vermelho, diversificaram suas culturas, incluindo espécies perenes, como o cacau, cupuaçu e açaí e espécies florestais, como a castanha-do-brasil e andiroba, além das leguminosas gliricídia e ingá⁶. Em 2013, foi iniciado outro projeto de SAF's no município de Rorainópolis (308 km de Boa Vista), com 30 famílias, e em 2014, o projeto de Rorainópolis ganhou o apoio de mais instituições, que veem as agroflorestas como “alternativa para aumentar a competitividade da agricultura familiar em Roraima”⁷.

Destaca-se a Cooperafloresta, uma organização que reúne famílias rurais dos municípios de Barra do Turvo, em São Paulo, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul, no Paraná, na região do Vale do Ribeira, fronteira entre os dois estados e que têm como principal prática produtiva a implantação de agroflorestas.

O trabalho com associativismo, produção agroflorestal, agentes multiplicadores, microcrédito, sistemas participativos de garantia, comercialização coletiva ética e solidária, juntamente com as parcerias, vêm gerando resultados significativos no âmbito econômico, ambiental, social e cultural: geração de trabalho e renda; organização e protagonismo das famílias quilombolas; resgate e valorização cultural; recuperação e conservação dos recursos naturais; melhoria das relações de gênero e

⁵ SÍTIO São José. Inovação verde com agroecoturismo e sistema agroflorestal. Disponível em: <http://agrositiosajose.blogspot.com.br/>. Acessado em 13/11/2017.

⁶ Nas áreas de pasto degradado, a implantação foi iniciada com o plantio das espécies anuais (feijão-caupi, melancia e mandioca), seguidas da banana. Nas áreas de capoeira (estágio médio de regeneração) foram plantadas espécies perenes e florestais. Com isso, os agricultores familiares passaram a ter outras fontes de renda, além da banana.

⁷ SISTEMAS Agroflorestais mudam a vida de agricultores familiares no interior de Roraima. Por Clarice Rocha. 25/06/14. **Embrapa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1860214/sistemas-agroflorestais-mudam-a-vida-de-agricultores-familiares-no-interior-de-roraima>. Acessado em: 12/11/2017.

geração; diminuição do êxodo rural, em especial dos jovens para os centros urbanos; construção de parcerias; aproximação com os cidadãos urbanos consumidores no comércio ético e solidário⁸.

As benesses das agroflorestas são divulgadas em encontros, eventos, cursos, revistas, livros e páginas online, constituindo-se como uma rede de intercâmbio de experiências de sujeitos que se deparam com dificuldades e desafios na intenção de produzir alimentos e florestas; que conciliam todo o trabalho com a reivindicação de políticas públicas e investimentos nestes experimentos de agricultura que têm conseguido reverter casos e diminuir danos de destruição ambiental, harmonizando as relações entre grupos humanos entre si e com a natureza.

Cabe às ciências investigarem estes processos de produção de alimentos emergentes (muitas vezes em diálogo estreito com processos de produção residuais transmitidos oralmente entre as gerações) contribuindo cada uma para discussão, análise e divulgação dos trabalhos desenvolvidos no Brasil e na América Latina, de forma alternativa e em oposição a exploração da terra, dos trabalhadores e de suas famílias, em prejuízo também dos que consomem produtos pouco saudáveis ou prejudiciais à saúde no campo e na cidade.

Entre as inúmeras possibilidades de pesquisas relativas ao tema no campo específico da história, entre historiadores e historiadoras que têm se dedicado a muitos anos na construção de uma história social do trabalho no Brasil, pareceu pertinente investir primeiramente num estudo sobre a constituição histórica do Assentamento Contestado, no município de Lapa, onde agroflorestas estão sendo produzidas numa confluência de atividades educacionais de ensino, pesquisa e extensão, em parceria com o Instituto Federal do Paraná e Universidade Federal do Paraná.

O Assentamento Contestado, no município da Lapa, no leste paranaense foi muito antes da ocupação por trabalhadores articulados no/pelo MST em 1999, a Fazenda Santa Amélia, uma propriedade do chamado Barão do Serro Azul⁹. De seu

⁸ COOPERAFLORESTA. Por desconhecido. 12 de janeiro de 2009. **Cirandas**. Disponível em: <https://cirandas.net/cooperafloresta>. Acessado em: 13/11/2017. Segundo o texto, no início de 2009 eram 112 famílias agricultoras associadas à Cooperafloresta e 40 famílias agricultoras do Litoral do Paraná ligadas às organizações que desenvolveram ações em parceria com a Cooperafloresta visando à sensibilização capacitação de famílias agricultoras para a agroecologia e/ou agrofloresta.

⁹ Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), intitulado o maior exportador de erva-mate do Paraná. Natural de Paranaguá, o proprietário teve uma região emancipada da Província de São Paulo, em 1853. Foi

tempo resta nas terras do Assentamento Contestado um grande casarão, uma casa menor e uma senzala.

No início do século as terras teriam sido também palco de conflitos do Contestado - que teria inspirado o nome do futuro assentamento. Antes disso, porém, estas terras, foram adquiridas pelo grupo Incepa, em 1985¹⁰. Tal propriedade foi considerada devoluta por possuir grande dívida com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Foi instaurado um processo de desapropriação e em 9 de fevereiro de 1999 aproximadamente 40 famílias ocuparam o lugar. O Assentamento foi liberado pelo Incra em novembro de 2000.

Além do desenvolvimento de agroflorestas, a Cooperativa Terra Livre iniciou suas atividades lá em 2010. Mantém seu funcionamento articulado à políticas públicas federais como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambas criadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O beneficiamento dos produtos cultivados no Assentamento através da Cooperativa Terra Livre é distribuído em escolas públicas da região.

Na primeira visita que fiz ao Assentamento Contestado, conheci a Dona Maria, na ocasião da entrevista com 66 anos. “Baiana”, a mulher que me recepcionou e me levou até a Dona Maria e o Paulo (presidente da Cooperativa Terra Livre), apresentou-a como a curandeira do lugar. Nasceu em Francisco Beltrão, no sudoeste do Estado, mas foi em Dois Vizinhos que “fincou raízes”¹¹. Foi ali que casou e começou a participar da Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ela, que participava dos rituais católicos desde os 13 anos (além de trabalhar na propriedade do pai, não estudava como os irmãos), envolveu-se no movimento dos trabalhadores rurais de Dois Vizinhos como catequista em 1984.

deputado provincial do Estado e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Foi também o primeiro presidente da Associação Comercial do Paraná QUEM foi: Barão do Serro Azul. Disponível em: <https://curitibaspace.com.br/quem-foi-barao-do-serro-azul/>. Acessado em 13.09.2018.

¹⁰ Fundado em 1952 e a partir de 1999 parte do Grupo Roca, do mesmo ramo, produzem opções de louças sanitárias, cubas de apoio, metais, acessórios, móveis, pisos e revestimentos cerâmicos. A área teria sido adquirida pelo potencial das plantações de eucalipto, matéria-prima para lenha e importante elemento na época para secagem da produção.

¹¹ Mudou-se aproximadamente aos nove anos, com a família. Posteriormente o município desmembrou-se e o lugar onde ela vivia passou a ser chamado de Cruzeiro do Iguçu.

Em 1988, a partir de conversas com integrantes do MST foi para o município de Inácio Martins montar acampamento. A perspectiva era de que não conseguiria manter-se nas terras da família ou comprar outra: “nós temos que ocupar, comprar nunca mais, não vai ter dinheiro pra comprar, nunca vai ter dinheiro pra comprar, e os filhos vão crescendo, vão aumentando!”. No acampamento começou a desenvolver trabalhos “que a gente já sabia” de orientação sobre ervas medicinais e uso de chazinhos. Em 1991 foram assentados e em 2002, através do diálogo com o Incra e com o MST, Dona Maria conseguiu uma troca de terreno para mudar-se para o Assentamento Contestado, onde um grupo maior trabalhava com produção orgânica.

Um trecho da entrevista realizada com ela é particularmente interessante para pensarmos sobre a relação estabelecida entre a trajetória pessoal e familiar de Dona Maria e a construção do movimento social, com necessidades coletivas e expectativas específicas de sujeitos diversos. Os conhecimentos desta mulher parecem ter sido úteis para a coletividade durante toda a sua trajetória:

Na verdade as terapias naturais, as ervas medicinais é uma proposta do movimento desde que a gente entrou no movimento né? Não é uma coisa nova. Desde que a gente entrou com o movimento a gente começou fazer um trabalho de base no movimento em 1984 através da Pastoral da Terra. Na época ela bem aberta né, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era bem autêntico, honesto, sincero. Então já se discutia a medicina alternativa, mesmo no Sindicato, já ia em palestra e em formação sobre as ervas medicinais... isso não é de hoje, se discutia o tempo inteiro. E minha vó era parteira, benzedeira, massagista, então a gente conheceu muito chazinho com ela. Uma parte dos meus filhos, os mais velhos nasceram ainda na mão da minha vó. Quando a gente foi pro acampamento em 1988, na região de Guarapuava, ali se fortaleceu mais a necessidade de trabalhar com as ervas medicinais. Trabalhei a medicina alternativa pra se defender dentro do acampamento, porque era muito grande. Nós ocupamos em 1988 em 1.500 famílias. É muita gente, muita criança, muita pessoa de idade. Morreu muita gente, deu choque térmico, nós saiu da região de Dois Vizinhos no mês de agosto, um sol rachando e chegemos ali com geada. Entendeu? Muita doença. Então teve uma necessidade maior de buscar a natureza pra se equilibrar. Daí isso se fortaleceu dentro do movimento, o resgate de benzedoiras, massagistas, que mais é mulher nessa área da medicina alternativa né? Aqui é mulher.

Dona Maria aprendeu com a avó e com a madrinha como cultivar alimentos e ervas medicinais para manter a saúde: “O primeiro passo é a família. Deu uma febre nas

crianças à noite: vai lá na horta buscar um chazinho. A gente sabe o que é bom pra garganta. A febre! A febre não é doença, é uma alerta!”. Na década de 1980, tais aprendizagens, somadas a outras promovidas pelos movimentos sociais de luta pela terra (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste paranaense segundo ela eram voltados à agricultura familiar, por isso “mais aberto”, no sentido provável de diálogo com os trabalhadores rurais) fizeram desta mulher uma figura importante dentro do Assentamento Contestado e das histórias de conquistas do movimento: “Como eu vesti essa camisa desde criança, defendo a proposta, não larguei. Sempre estou no movimento, nessa área da saúde”¹².

No município da Lapa vários cursos sobre ervas medicinais foram ofertadas, na gestão anterior, quando um dos cursos aconteceu no Assentamento Contestado. A prefeita era a primeira mulher no cargo (lembração da Dona Maria) e do Partido dos Trabalhadores. O professor é um profissional técnico da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). O proveito é “aprender um pouco mais”, “porque tem muitas ervas medicinais que tem dois, três nomes, e daí nesses cursinhos a gente tira dúvidas, isso é muito importante!”:

Às vezes a gente pensa que não tem tal remédio, por esse nome, “mas é só esse?”, daí questiona, “não”, tem tal nome, “ah mas essa daí eu tenho lá, por esse nome eu também tenho lá em casa”, por esse nome estranho nunca ia saber. Então a gente tira muitas dúvidas. E a gente aprende muito. E vai pras práticas também. Tem o IAPAR na Lapa, na época era mais aberto, a gente ia pros canteiros conhecer os chás.

¹² Encontrei um artigo interessante sobre a inter-relação entre o cotidiano doméstico e a intervenção política no setor da saúde destas mulheres que possuem conhecimentos de cura por plantas, preparos de chás e xaropes nos Assentamentos Olga Benário, em Visconde do Rio Branco e no Assentamento Dênis Gonçalves, localizado na cidade de Goianá, Minas Gerais. A autora chama a atenção para o papel do MST, que emergindo na história a partir da reivindicação de acesso à terra, incorporou outras lutas “como a luta por uma política própria no campo da educação em vista da construção de novos valores; a luta por novas estratégias de produção; novas relações com o meio ambiente, bem como a construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla”. Destaca-se no texto a discussão sobre a forma como o Movimento têm construído a noção de gênero e o papel da mulher nos espaços de luta e participação política, a partir das demandas concretas de acampadas e assentadas. Ver: FARIAS, Ludmila Bandeira Pedro de. A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da zona da mata mineira. In: Retratos de assentamentos. v.19, n.1, 2016. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revista-retratos/edicoes/retratos-1901-2016.pdf>. Acessado em 08 de maio de 2018. p. 303-322.

A IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), segundo a entrevistada, na Lapa “é um órgão que trabalha com o cuidado com da floresta, com muda, com poda, com pasto também”. Na nova gestão, “foram claros em dizer que esse lado das ervas medicinais não interessa”, o que sugere que há um diálogo contínuo entre os sujeitos do Assentamento Contestado e a Prefeitura Municipal. Entre os outros cursos de Dona Maria, o principal parece ser o de bioenergia, ofertado dentro do Assentamento Contestado, “que é um curso que trabalha com mais afinco com a natureza, com os chás do mato, com os chás da horta, com o cuidado com a terra, com o cuidado com a água...”. Um curso “bem amplo”, “para ensinar os pobres”, “num resgate da terra, o que dá na terra, o que tem na natureza e serve para se defender, e também é curativo, desde que se faça a coisa certa”. Outro curso que o Movimento promoveu foi o de auriculoterapia, que à nível estadual, devido ao custo, aconteceu em Maringá.

E a gente tá fazendo também um resgate com as benzedeadas, quem que benze, quem faz simpatia, quem tira susto... Que tem umas pessoas aqui dentro que a gente vai atrás e vai pro espaço da saúde.

O Assentamento Contestado é dividido em dez núcleos de famílias. No núcleo em que vive Dona Maria, duas ou três pessoas, das quinze ou dezesseis famílias, participam das atividades relacionadas à saúde. Na Unidade Básica de Saúde dispõem de um espaço onde realizam mensalmente uma reunião de planejamento e os atendimentos no primeiro e terceiro sábado do mês: “A sala já tá pequena”. Plantam ervas medicinais e tratam diversas doenças por meio de medicinas alternativas (bioenergia, massoterapia, reiki...). O grupo cultiva os chás, colhe e prepara para a distribuição; preparam essências, tinturas e pomadas; orientam sobre a alimentação necessária aos tratamentos; considerando um conjunto de conhecimentos sobre a natureza. Dona Maria afirma: “eu fico feliz com tudo isso”.

Atualmente o trabalho também é plantar uma horta nas proximidades, pois “na bioenergia o primeiro remédio é a alimentação, depois o chazinho (...) e ela é curativa, não é só preventiva”. Lembrando que a alimentação é obviamente sem agrotóxicos. Tal entendimento é defendido também no Conselho Municipal de Saúde da Lapa, no qual participam quatro mulheres do Assentamento Contestado, entre elas Dona Maria. Me pareceu uma proposta compartilhada “prevenir e promover”, ou seja, além de

desenvolver experiências dentro do Assentamento, relacionadas a produção de alimentos e ervas medicinais, “naturalmente” (não necessariamente em agroflorestas), existe a expectativa de que possam contribuir de alguma forma para a elaboração de políticas públicas municipais, estaduais e quiçá ultrapasse outras fronteiras: “Onde eu vou que tiver oportunidade de falar eu falo! (...) Se morrer por defender esse projeto, vou morrer feliz. Tiraram minha vida? A proposta é essa! Não têm outra proposta, outra proposta é proposta de morte!”

É importante destacar que esta proposta, expressa por Dona Maria durante a entrevista e pelos sujeitos conhecidos durante a estadia no assentamento, apresentam-se como elementos de uma totalidade, de uma forma de entender a própria vida e atribuir valor a ela: “É subjetivo, a agroecologia, a reforma agrária popular, e dentro da agrofloresta, é uma mistura, nada separado”. Ao contar sobre sua mudança de assentamento, por exemplo, ela destaca que carregou consigo muitas sementes de alho, cebola... Sementes diferenciadas que “fazem parte da segurança das sementeiras, das mudas, isso é uma necessidade do movimento, ‘se agarrar de unhas e dentes’ e hoje o movimento não está sozinho na defesa das sementes orgânicas, mais natural na verdade!”. O “mais natural” é defendido na Lapa também por movimentos de mulheres e quilombolas. Dona Maria acrescenta que “se mudar da produção natural, pra um orgânico ou pra agroecologia, pra mim não muda nada, o cuidado é o mesmo de antigamente, eu continuo fazendo né?”¹³. E se “nada vem de graça, é luta mesmo”, a atuação política do movimento se construiu a partir da dedicação de sujeitos diversos, como esta senhora, que compartilha destas expectativas coletivas a partir da consciência que têm de sua própria experiência social.

Isso nós temos aqui, graças a Deus e graças a luta, porque tem que ser perseverante, insistente e tem que buscar, tem que ir atrás. O nosso é o

¹³ Entre as correntes filosóficas e práticas que contrapõem o modelo de agricultura proposto pelo agronegócio podem-se citar aparentemente dezenas: Agricultura Biodinâmica, Agricultura Regenerativa, Agricultura Biológica, Agricultura Orgânica, Agricultura Natural e Permacultura. Propostas que de uma forma geral “buscam uma relação homem para com a natureza de respeito aos processos biológicos e manutenção da biodiversidade”. (p. 03) In: FAGUNDES, Leandro Feijó; SANTOS, Josene Aparecida dos. **Permacultura**: reflexões para estabelecer conexões entre a escola e a agroecologia.

primeiro posto de saúde da Lapa que tem tratamento de esgoto. Se incomodamos, fomos atrás, é nosso direito! Nós estamos numa área que a proposta é diferente. É a produção sem veneno, sem transgênico, e também não cuidar só disso, cuidar da natureza! A Cooperativa já foi feita com planejamento das fossas pra fazer tratamento das águas, e elas já saem limpas pra natureza, sem agressão. Então porque o posto de saúde não pode ser assim? Daí fomos pra cima até conseguir um biodigestor, daí tá instalado, o primeiro na Lapa.

Parece-me primordial a busca pelo entendimento da totalidade/conjunto de possibilidades de construção coletiva, perspectivas que partem das experiências destes sujeitos e passam pelas suas leituras, interpretações e sensibilidades no/sobre o mundo. A proposta de um modo de vida é desmembrada em pesquisa e ação: uso saudável para a natureza de seus recursos naturais, relações da cadeia alimentar, ciclo de nutrientes, manutenção da fertilidade do solo, controle natural de pragas, gestão de resíduos, enfim, requer estudo, planejamento, materialização e muitas vezes neste processo, “peleia” (quando as práticas sociais envolvem outros sujeitos e instituições, como o Estado).

Eu tive numa reunião do MST lá em Rio Bonito do Iguçu. Foi um encontrão do Estado. Lá veio a orientação de que nós tínhamos dois dias pra voltar, ir na Prefeitura, Secretaria de Saúde, pedir pra eles encaminharem o projeto pro Ministério, que estava aberto no Ministério, federal. Daí cheguei, saímos lá de noite, foi um extravio, nós da saúde, o movimento. Cheguei, reuni duas pessoas e vamos lá que é só hoje! Só hoje daí fecha. Daí fomos pra lá, não queriam. O cara dos projetos não queria encaminhar porque disse que estava congestionado. Falei ‘não vamos sair daqui enquanto você não encaminhar! É um direito nosso e nós sabemos que está aberto o Ministério. E é um direito! E veio pra nós lá do nacional, é desse jeito, nós estamos orientados! É esse o caminho!’. Nós não arredamos de lá! Saímos de lá 9 horas da noite, eles fecham 5 horas. Depois não largamos. Daí ele encaminhou. Depois de encaminhado foi pro Ministério e teve um tempo de retorno da proposta. Ainda tentaram tirar, um valor de 408 mil, com alegação que nós tínhamos pouca gente.

Para a História, os movimentos sociais “pela preservação da natureza” podem assumir contornos interessantes se prestarmos atenção nas propostas de gestão dos recursos naturais, produção e distribuição de alimentos, projetos educacionais, saberes medicinais e formas de relacionamento humano – elementos que se relacionam na construção de experiências coletivas como a do Assentamento Contestado. Dona Maria, em particular, defende o modo de vida aprendido e vivenciado socialmente no espaço familiar e de vida no campo a partir do diálogo com as possibilidades de políticas

públicas (como o financiamento de agroflorestas ou a própria destinação de verbas para a execução de obras ou manutenção de direitos): “A agroecologia, a bioenergia, as terapias naturais não é cuidar só do ser humano, é o espaço onde vive, os animais, a fonte de água, o espaço inteiro. Isso é muito trabalhado na educação, as crianças têm que aprender a respeitar a Terra”.

Referências bibliográficas:

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª Edição. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 13, n. 16, pp. 22-32. Jan-jun. 2010.

ANTOGNAZZI, Irma. A forma política da crise do capitalismo em sua fase imperialista. Tradução de Carla Luciana Silva e Gilberto Calil. **Revista Tempos Históricos**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Vol. 13, número 1, ano XI, 1º Semestre/2009. p. 13-35.

BALESTRO, Moisés Villamil, SAUER, Sérgio (orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BARBOSA, Aretuza Ferreira et al. **A Fitoterapia no Brasil: da medicina popular à regulamentação pelo Ministério da Saúde**. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/proplamed/files/2012/04/A-Fitoterapia-no-Brasil-da-Medicina-Popular-%C3%A0-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-pelo-Minist%C3%A9rio-da-Sa%C3%BAde.pdf>. Acessado em: 08/08/2018.

BUELVAS, Maira Alejandra Amaris. **Reforma agrária e território: entre ocupação, reprodução e diversidade no Assentamento Contestado, Lapa - PR**. Ponta Grossa, 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 1 Ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CASSIN, Marcos; NALLI, Laura. Assentamento Mário Lago: espaço de formação política, qualificação técnica e educação escolar. **Revista Histedbr**. v. 16, n. 68. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643760/14387>.

Acessado em: 13.09.2018.

CHALHOUB, Sidney. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

FARIAS, Ludmila Bandeira Pedro de. A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da zona da mata mineira. In: **Retratos de assentamentos**. v.19, n.1, 2016. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revista-retratos/edicoes/retratos-1901-2016.pdf>. Acessado em 08 de maio de 2018. p. 303-322.

GASPARI, Luciane Cristina de. **Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos**: o lugar da agricultura nas estratégias familiares. Tese (doutorado em ciências). Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.

HOBBSAWM, Eric. Feiticeiros e aprendizes: as ciências naturais. In: **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HULOT, Fundação Nicolas. **Ecoguia**: guia ecológico de A a Z. São Paulo: Landy Editora, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, Maristela da Costa. **Agroflorestas**: do potencial conservacionista à análise de experiências no Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em geografia). Unioeste. Francisco Beltrão, 2015. 173f.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento**. [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 231 p. ISBN 978-85-68334-35-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MESSERSCHMIDT, Namastê M.; MONNERAT, Priscila F.; NETO, Nelson E. Corrêa; STEENBOCK, Walter. **Agroflorestando o mundo de facão a trator**. Gerando práxis agroflorestal em rede (que já une mais de mil famílias camponesas e assentadas). Barra do Turvo, 2016.

SANTOS, Adriano Lima dos. **Agroecologia e campesinato**: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no Assentamento Contestado, Lapa-PR. Florianópolis, SC, 2015. 208 p. Dissertação (mestrado profissional) -

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós graduação em Agroecossistemas. 2015.

SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. **Entre o corte da cerca e a teia da rede**: desafios do MST na luta pela reforma agrária no Brasil. 2015, 233 fls. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

STEENBOCK, Walter (org. *et al.*). **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba. Kairós, 2013.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades**. Curitiba, 2012. 215 f..